

Collor, imóvel, espera Congresso

O futuro da política econômica está nas mãos do Congresso Nacional. Praticamente todas as medidas de controle da inflação e modernização da economia já foram encaminhadas aos deputados e senadores, faltando apenas a grande reforma tributária que será feita no ano que vem. "Aqui dentro, a bola agora está com o Congresso Nacional. Lá fora, está com o Fundo Monetário Internacional", afirmou ontem o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo.

As principais mudanças na economia, destinadas a acabar com o déficit público e tornar as empresas nacionais mais competitivas, vêm tramitando nas comissões do Congresso, mas este ano pouca coisa tem chance de aprovação. Neste momento, o que mais interessa ao Executivo é a aprovação da reforma fiscal de emergência, destinada a dar fôlego financeiro ao Tesouro Nacional no ano que vem. A reforma aumentará a arrecadação federal em pelo menos US\$ 12 bilhões

ao ano, o que permitirá ao Tesouro sair da condição de deficitário e passar a ter superávits. "O ajuste fiscal tem de ficar nesse valor, mesmo que o Congresso modifique a proposta enviada pelo Executivo", ponderou Roberto Macedo.

Além da reforma tributária de emergência, tramitam no Congresso 22 emendas constitucionais, o "Emendão", que prevê cortes de despesas, aumenta a arrecadação e propõe solução para as dívidas estaduais. Os projetos de lei de modernização econômica abrangem nova legislação portuária, mudanças no código de propriedade industrial e fim da reserva de mercado na informática. Outros projetos propõem a desburocratização de vários setores. Para o Executivo, essas propostas, junto com o programa de privatização, podem levar a uma estabilização econômica, seguida de modernização industrial.

Aperto

É uma situação curiosa. O Executivo afirma que a solução dos

problemas internos agora depende do Congresso. E, enquanto o Congresso não aprovar o ajuste fiscal, o FMI não vai aprovar o programa econômico brasileiro, previsto na carta de intenções negociada com os técnicos do Fundo. Por sua vez, os banqueiros estrangeiros não negociam a dívida do País enquanto não receberem sinal verde do FMI. A entrada de poupança estrangeira, inclusive um financiamento de US\$ 2 bilhões do FMI, depende do acerto com a comunidade financeira internacional.

"Enquanto esse nó não é desatado, continuaremos com austeridade fiscal e monetária", explica o secretário Roberto Macedo. Austeridade, nesse caso, significa juros altos, pouco dinheiro no mercado e verbas orçamentárias cada vez mais curtas. Esses apertos são responsáveis para redução da atividade econômica e, consequentemente, desemprego mais elevado e salários achatados. (Reforma Tributária na página 8)

Jornal de Brasília • 5

e FMI

Edson Gés